



PARECER PRÉVIO Nº 133/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11434/2017.

Apensos: Processo nº 13956/2016 e 10463/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Jucimar de Oliveira Veloso (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 899/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura do Município de Tefé, referentes ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Jucimar de Oliveira Veloso**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de agosto de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 133/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 133/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 133/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11434/2017.

Apensos: Processo nº 13956/2016 e 10463/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Jucimar de Oliveira Veloso (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 899/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2016.

Determinação.
Arquivamento.

Recomendação.

Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o encaminhamento do respectivo Parecer Prévio, após a sua devida publicação, acompanhado de cópia integral deste Processo, à Câmara Municipal de Tefé, para que, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas de governo;

10.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de Tefé que:

10.2.1. mantenha o Portal da Transparência do Município devidamente atualizado, com divulgação em tempo real das informações de interesse coletivo ou geral, conforme dispõem a Lei nº 12.527/2011 e a Lei de Responsabilidade Fiscal;

10.2.2. observe o devido envio das informações com despesa de pessoal do Poder Executivo, quando do encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal a esta Corte de Contas, para fins de permitir a adequada



ACÓRDÃO Nº 133/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 133/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

avaliação do cumprimento do disposto no art. 20, III, “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo que adote as medidas necessárias para a autuação de processo de Fiscalização de Atos de Gestão – FAG com relação a todas as irregularidades identificadas pela Dicrea, Dicop e Dicami que se referem a atos de gestão, conforme disposto no subitem 35.4 da Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEX aprovada pelo Plenário desta Corte de Contas em 25/4/2023;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Jucimar de Oliveira Veloso**, por meio de seus representantes legais, do Voto e do decisório;

10.5. Arquivar os autos, após os prazos legais.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral